

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.278 - RJ (2019/0065938-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**R.P/ACÓRDÃO** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : FGR AGUIA X EDUCACIONAL EIRELI  
**AGRAVANTE** : CARLOS VINÍCIUS DOS SANTOS FELIX  
**AGRAVANTE** : LEANDRO DA SILVA GARCIA  
**AGRAVANTE** : LUIS ALBERTO DA SILVA  
**AGRAVANTE** : VERA LUCIA MATOS DOS SANTOS  
**ADVOGADOS** : ANA CRISTINA VON JESS PEREIRA GODINHO - RJ080896  
FELIPE VIEIRA TURÍBIO - RJ114987  
**AGRAVADO** : COLEGIO CURSO NETTO LTDA  
**ADVOGADOS** : LEANDRO SABOIA RINALDI DE CARVALHO - RJ097904  
VINÍCIUS MARTINS PEREIRA - RJ134616  
AMANDA PIERRE DE MORAES MOREIRA - SP408905

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REEXAME. SÚMULAS N. 7/STJ E 735/STF. CONTRATO DE FRANQUIA. CLÁUSULA DE NÃO-CONCORRÊNCIA. IRREVERSIBILIDADE INVERSA.

1. Não ofende o art. 300 §3º do CPC, decisão que, diante da incontroversa existência de cláusula de não concorrência, defere tutela de urgência voltada ao estrito cumprimento do contrato, inibindo a pretensão do contratante a ela vinculado de exercer a concorrência no mesmo mercado durante o respectivo período de vigência. Irreversibilidade causaria a revogação da antecipação de tutela, uma vez que escoaria o período da restrição, exaurindo-se os efeitos da cláusula, sem que ela tivesse surtido seus efeitos próprios, nos termos do contrato de franquia.
2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).
3. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Após o voto-vista da Ministra Maria Isabel Gallotti divergindo do relator, a Quarta Turma, por maioria, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto divergente da Ministra Maria Isabel Gallotti, que lavrará o acórdão. Vencidos o relator e o Ministro Marco Buzzi (Presidente). Votaram com a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira e Luis Felipe Salomão.

Brasília, 29 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora p/ acórdão